

SUMÁRIO

1. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CONFUSÃO DO TERMO E EXIGÊNCIAS ÉTICAS	
1.1. Compreendendo a história da IA	26
1.1.1. Pressuposto: o que é IA para essa pesquisa?.....	29
1.2. Por que é (direito) fundamental exigir aplicação ética da IA? ...	36
2. ÉTICA NA IA: OS <i>INPUTS</i> DA LITERATURA	
3. <i>INPUTS</i> ÉTICOS NA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: COMPARANDO DIRETRIZES	
3.1. Governança da IA aplicada ao direito	74
3.1.1. Usos da IA no Direito: concretização dos mandamentos do CPC/15.....	74
3.1.2. Questões éticas.....	85
3.1.3. IA na Justiça Brasileira.....	97
3.1.4. O que trazem as diretrizes Europeia e Brasileira?.....	117
4. <i>INPUTS</i> ÉTICOS APONTADOS PELOS GRUPOS DE ATORES ENVOLVIDOS COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	
4.1. Metodologia de investigação para averiguação da percepção dos atores sociais.....	130
4.2. Seleção dos entrevistados	130
4.3. Aspectos éticos da pesquisa	133
4.4. Roteiro e aplicação das entrevistas	134
4.5. Análise dos dados: “o meu país é o meu lugar de fala”.....	135

4.5.1.	IA no Direito	137
4.5.1.1.	Momento Inescapável.....	137
4.5.1.2.	IA como “Coringa Intelectual”	141
4.5.2.	Ética na IA como pretensões principiológicas	142
4.5.3.	“Desses que vivem no escuro em plena luz”	145
4.5.3.1.	Transparência e explicabilidade: sentido multidisciplinar.....	145
4.5.3.2.	Opacidade e <i>Tradeoffs</i>	148
4.5.4.	Dadaísmo judicial	151
4.5.5.	Vieses como “limonada pronta”	156
4.5.6.	“E agora, José?”	163

5. OUTPUT: TRIANGULAÇÃO DOS RESULTADOS

CONCLUSÕES	177
-------------------------	------------

REFERÊNCIAS	183
--------------------------	------------

APÊNDICES	193
------------------------	------------

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	193
Anexo I	195
Anexo II	196
Anexo III	197
Lista de Figuras.....	199
Lista de quadros	200
GU.IA-Jus - Guia para Aplicação de IA nos Sistemas de Justiça.....	201